



Revista Estudos Feministas

ISSN: 0104-026X

ref@cfh.ufsc.br

Universidade Federal de Santa Catarina
Brasil

Saffioti, Heleieth

Reminiscências, releituras, reconceituações

Revista Estudos Feministas, vol. 0, núm. 0, -, 1992, pp. 97-103

Universidade Federal de Santa Catarina

Santa Catarina, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=38126508002>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais artigos
- ▶ Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Reminiscências, Releituras, Reconceituações

HELEIETH I.B.SAFFIOTI

Embora eu nunca tenha tido oportunidade de desenvolver uma amizade íntima com Elisabeth Lobo, acredito que nossa relação tenha sido muito boa, na medida em que comportava nossas diferenças. Com efeito, por maiores que pudessem ser estas divergências, nunca houve uma agressão, um torcer de nariz, um olhar arrevesado por parte de qualquer das duas. Ao contrário, havia respeito vivenciado na diferença. Embora a diferença seja o *locus* privilegiado para a emergência das relações de poder (Scott, 1988), nossos contactos sempre foram regidos pelo igualitarismo.

A última vez em que a vi foi no seminário de São Roque, em dezembro de 1990. Pouco depois, todavia, nos falamos por telefone, quando eu lhe pedi o endereço de um periódico francês. Desta feita, e esta foi a última vez que nos falamos, contou-me que ia para o Canadá por minha causa. Não entendi e ela me explicou haver solicitado recursos financeiros ao CNPq, por insistente sugestão minha.

Desta sorte, guardo de Beth, ao lado de seus ensinamentos, lembranças muito agradáveis. Obviamente, não foi por minha causa que ela obteve os recursos para ir ao Canadá, pois tinha sobejos méritos para isto. Mesmo consciente de que se tratava de inverdades, sob meu ângulo, foi gostoso ouvi-las de Beth, porque senti uma enorme aproximação entre nós. Ao reler a segunda parte de seu livro, O gênero no trabalho: perspectivas teóricas e metodológicas, não fiz nenhum esforço para afastar a emoção. Seguramente, foi esta atitude de permitir que a razão ficasse permanentemente impregnada de emoção que me abriu o caminho da melhor compreensão de nossas diferenças intelectuais e de seus argumentos para refutar minhas hipóteses.

Embora eu jamais tenha negado o poder das idéias, atribuí-lhes, em minha fase de ortodoxia marxista, um papel de pouca relevância. Ora, na base da divisão sexual do trabalho, eixo condutor de vários trabalhos de Beth, reside uma ideologia que age discriminatoriamente contra a mulher e que é preciso analisar e pôr em relevo. Ainda que isto pare-

ça estranho, todas as vertentes da ciência – seja através do privilegiamento da produção material em detrimento da produção de ideologias; seja pela reivindicação da objetividade científica e o descrédito que isto acarreta para qualquer outro conjunto mais ou menos sistemático de idéias – negam o poder das idéias. Vale a pena aqui evocar Keller (1987), reiterando que importantes elementos do poder desfrutado pela ideologia de gênero derivam justamente da ciência que nega o poder das crenças, valores, ideais – ou por se tratar de pouco mais de epifenômenos ou por serem subjetivos – no processo social de modelagem dos corpos e das mentes de homens e mulheres historicamente situados. No fundo, a ciência andrógina "equaliza gênero e sexo, definindo gênero como um dado da natureza e não como um conjunto de expectativas culturais"

Há alguns anos, percebi as implicações da priorização da luta de classes e da objetividade científica. Desde então venho lutando contra a razão cartesiana, que deu origem a esta modalidade misógina de pensamento prevalecente no Ocidente, responsável por um formidável atraso no desvelamento das realidades femininas e, portanto, na integração de *animus e anima*.¹ Rigorosamente, o conhecimento alcançado por intermédio de categorias binárias realiza-se através de uma ruptura no seio da espécie humana, anulando sua metade feminina e retendo exclusivamente sua parcela masculina. Para a ciência cartesiana, a masculinidade apresenta a centralidade do Eu, tem uma essência. A feminilidade, ao contrário, define-se como alteridade, como o Outro, como uma ausência (de essência) A ontologia da ciência falocêntrica é constituída pelo Homem (com H maiúsculo). Supostamente, este Homem representa a humanidade. Todavia, como esta foi amputada de sua parte feminina, não chega sequer a representá-la pela metade, já que os homens são quantitativamente inferiores às mulheres.

Muitas de nós, feministas de primeira hora, agregamos à ontologia onde figurava o Homem (com H maiúsculo) a Mulher (com M maiúsculo). Da mesma forma como não existe o primeiro, não existe a segunda. Embora em pesquisas concretas situássemos as mulheres em sua classe social, em sua categoria de gênero e em seu grupo étnico, continuávamos a pensar, a falar e a escrever sobre esta Mulher genérica, criação da 'razão supurada', da 'razão animus', da desrazão germinada na cisão. Não fizemos senão repetir o modelo cartesiano com sinal trocado.

Refletindo hoje sobre o que se passou entre 30 e 20 anos atrás, parece-me que se tratou de um momento necessário, cuja função era tornar visível a dominação-exploração da mulher. Mais do que isto, era falar do lugar da indignação. Mas esta indignação, no plano epistemológico, não ultrapassava os limites do bom comportamento. Não fomos capazes, naquela época, de confiar nas emoções enquanto fermento das motivações políticas para a investigação, nem como critério de seleção dos problemas que afligiam as mu-

1. Algumas dessas reflexões estão consubstanciadas no artigo "Novas perspectivas metodológicas de investigação das relações de gênero", in *Mulher em seis tempos*, UNESP, Araraquara, 1991. Este artigo resultou de uma conferência realizada pela autora no Instituto de Psicologia da USP, a 22/08/88, sob o título de "O sexo dos conceitos" e de outra, homônima do artigo, pronunciada na Faculdade de Ciência e Letras da UNESP, Araraquara, em 30/03/90.

2 Usa-se, propositadamente, o verbo cuidar no sentido que *nurturance* tem em inglês. Isto é, ela foi uma *nurturer*, uma nutridora da classe trabalhadora, aliando pensamento e acalanto. Em outros termos, absorveu na ciência o amor que a vinculava ao agente social – objeto de suas investigações, ou seja, feminilizou-a em grande estilo.

3. "Meu objetivo aqui não é denunciar a visão política de Thompson em nome de alguma expressão feminina superior, mas, ao contrário, desvelar sua confiança em representações sexuadas para transmitir seu significado. É exatamente ao examinar estas representações que descobrimos a presença central e sutil do gênero em concepções da política da classe trabalhadora. Tal análise deveria nos conduzir não a condenar Thompson, pois há muito ainda de relevante e vital em sua concepção de política. Ao contrário, podemos perceber a enormidade do problema feminista que os socialistas encontraram. Tentando trabalhar dentro dos limites fixados por textos canônicos, como o de Thompson, eles enfrentaram uma tradição que mantinha uma definição universalizada de classe, cujo significado, não obstante, era construído em termos sexuados, uma tradição comprometida com o igualitarismo literal que descartava como reacionário qualquer reconhecimento da persistente complexidade da diferença sexual, uma tradição que prometia igualdade, mas que não reconheceu seus próprios usos da diferença" (Scott, Joan, 1988)

lheres. Algumas, dentre as quais me incluo, recusaram-se, durante mais de duas décadas, a desenvolver militância político-partidária. Outras dispuseram-se a levar avante ambas, não logrando, contudo, total sucesso, porquanto acabavam absolutamente monogâmicas ou se casavam com a pesquisa ou se casavam com o partido político.

Beth soube, com mestria, realizar aquilo que não havíamos conseguido mesmo depois de duas décadas de dedicação ao estudo da temática feminina. Aliou, com bastante sabedoria, a investigação científica à militância no seio do Partido dos Trabalhadores, da CUT e de movimentos de mulheres, sem nunca ter necessitado optar por apenas uma dessas atividades. Creio ter ela permitido que sua emoção fecundasse sua razão, numa reviravolta em que o masculino (razão = phallus) foi fecundado, fertilizado, tornado capaz de gerar pelo feminino. Estas circunstâncias talvez tivessem sido responsáveis pelo fato de Beth não haver jamais embarcado na corrente do sujeito genérico. Tratava com mulheres reais, concretas, atuantes, nunca falando ou escrevendo sobre a Mulher (com M maiúsculo). Ademais, nunca perdia de vista o gênero atravessando a classe social, especialmente a classe trabalhadora, da qual cuidava² com especial carinho, nos dois planos: o da pesquisa e o da ação política.

Graças a esta postura, foi capaz de criticar tão severamente os livros de Celso Frederico, como o fez em O gênero no trabalho: perspectivas teóricas e metodológicas, pelo fato daquele autor ter ignorado que as práticas femininas são necessariamente distintas das masculinas em circunstâncias sociais discriminatórias. Por que teria sido tão benevolente com Thompson, registrando a incorporação das mulheres na caracterização da classe trabalhadora inglesa entre as edições de 1963 e 1979 de The making of the English working class, enquanto Joan Scott (1988) esquadrinha todo o livro, a fim de revelar a insensibilidade deste autor para o fenômeno do gênero?³ Talvez fosse mais acertado afirmar que, aos olhos de Scott, Thompson, obscurecido por sua formação marxista, homogeneizava a classe social do ângulo do gênero. "As relações capitalistas desenvolvem-se em torno dos meios de produção e envolvem práticas econômicas que são (pelo menos em teoria) 'sexualmente cegas' ou impermeáveis ao gênero." (Scott, 1988) Diferentemente de Thompson, de cuja análise se infere que as classes sociais se constroem independentemente do gênero, Lewis (1985) afirma que o melhor caminho para se encontrar a base material da opressão das mulheres no capitalismo consiste em observar "a maneira pela qual o gênero e a classe são construídos juntos". A reconstrução deste percurso histórico exige paciência, na medida em que é preciso acompanhar, passo a passo, a formação ("*the making*", o processo) do tecido social que conforma a classe e o gênero. Munida de rigor teórico, Beth detinha esta qualidade da paciência de observar este fazer-se entrelaçado da classe e do gênero, intervindo, com competência e ao lado de outros agentes sociais, neste processo.

Beth gostava muito desta expressão conceitos ou categorias sexualmente cegas, empregando-a com frequência para qualificar *constructos* mentais incapazes de captar o gênero. Isto equivale a dizer que sua crítica atingia todas as correntes de pensamento, pois antes do advento do feminismo não se formulavam conceitos aptos a dar conta das questões de gênero. Nem mesmo durante a primeira década de estudos sobre a mulher colocaram-se exigências deste tipo. Data de 1975, a primeira formulação do conceito de gênero (Rubin). Beth enfatizava, incansavelmente, a necessidade de se desenvolverem novas metodologias, especificamente concebidas para capturarem as relações de gênero, assim como o gênero nas demais práticas sociais. Desenvolveu, a meu ver, um esforço extraordinário para observar a construção conjunta da classe e do gênero. A falta de metodologia específica foi amplamente suprida por sua vivência, não apenas da observação, mas também da constituição de uma classe com dois gêneros.

Em alguns de seus trabalhos, tem-se a impressão de que a divisão sexual do trabalho ocupa um espaço excessivamente amplo. Com efeito, grandemente influenciada pelo GEDISST, especialmente por Danièle Kergoat (1982, 1984), insiste tanto na divisão sexual do trabalho, que oferece a leitura de que prioriza a organização social de gênero em detrimento das classes sociais. Todavia, isto não é verdadeiro para nenhuma das duas. Ainda que localizando a exploração na organização econômica e a dominação na organização de gênero, o que não me parece desejável, Kergoat (1982) afirma não se poderem "pensar separadamente as formas de exploração capitalista das formas de dominação patriarcal: não há justaposição, mas ligação orgânica entre trabalho assalariado e trabalho doméstico".

No texto "A divisão sexual do trabalho e as ciências sociais", Beth deixa claro que os destinos femininos são traçados por uma multiplicidade de fatores. Efetivamente, diz. "As pesquisas têm evidenciado as dissimetrias entre qualificação masculina e feminina, promoção masculina e feminina, salários masculinos e femininos. Tudo indica que estas relações se inter-sustentam. Ou seja, nem as práticas produtivas determinam as trajetórias da força de trabalho masculina, nem as práticas reprodutivas determinam, com exclusividade, as trajetórias da força de trabalho feminina, mas que estas trajetórias são o resultado de múltiplas práticas construídas socialmente e historicamente, através de modos de vida, representações e estratégias de sobrevivência". Desta sorte, Beth, embora discreta no ataque às categorias binárias, fez ingêntes esforços na direção de seu aniquilamento.

No texto "Do desenvolvimento à divisão sexual do trabalho. estudos sobre os trabalhos das mulheres", há algumas referências a esta problemática. Por exemplo, em crítica dirigida a um trabalho meu de 1976, afirma. ". . . a hipótese da marginalização da força de trabalho feminina na industrialização capitalista coincide com a ideia de dicotomia integração/

participação das mulheres no capitalismo" Sua crítica não poupa Felícia Madeira e Paul Singer (1973), quando estes levantam hipótese semelhante com relação à marginalização da mulher na agricultura. Mais adiante, referindo-se à necessidade de a constituição da problemática Mulher e Desenvolvimento passar pela integração, na análise, das esferas produtiva e reprodutiva, a fim de se compreender a sexualização do trabalho de homens e mulheres, escreve. "ela permite romper a dicotomia capitalismo/trabalho feminino, integração ou marginalização, propondo-se a articular, de um lado, as estratégias capitalistas que incidem sobre o sexo do trabalho e, de outro, as formas da reprodução social que perpetuam ou rompem relações de trabalho".

Como todos nós tivemos uma formação cartesiana, é inevitável escorregar pela dualidade de esferas de atividades (da produção e da reprodução), mesmo porque a própria língua não nos oferece muitas opções. Tanto assim é que os autores com propostas metodológicas revolucionárias, atualmente, como são os casos de Deleuze, Guattari, Morin, dentre outros, forjam dezenas de neologismos. Mas esta questão talvez mereça também um outro tipo de tratamento. A rigor, as oposições binárias impregnam nossa cultura e não sem razão. Trata-se, além de categorias de análise, de categorias históricas. E é esta historicidade que deve ser ressaltada e retida, uma vez que ela aponta ostensivamente para a morte de tais construções. Na verdade, não existe apenas o perigo de se tomarem como eternas tais categorias, cuja natureza é profundamente histórica. Este risco não pode ser negado, mas pode ser evitado. Basta, por exemplo, que nos perguntemos desde quando o mundo conhece as noções de público e privado, de produção e reprodução, de trabalho produtivo e trabalho doméstico, etc. São noções extremamente recentes. O risco maior, a meu ver, consiste em pensar/viver as oposições como contrários. O homem não é o contrário da mulher, assim como a produção não é o contrário da reprodução, nem o eu o contrário do outro. Estes binômios apresentam diferenças e analogias. Entre o eu e o outro, entre o homem e a mulher, entre a produção e a reprodução existem diferenças e similitudes. Os agentes sociais jogam, nas relações que desenvolvem entre si, com suas identidades de gênero, de classe e de etnia. O sujeito é, portanto, múltiplo (Lauretis, 1987). Nas dicotomias estão presentes a centralidade e a unicidade do sujeito. Mas como pode ser uno um sujeito cujas identidades sociais variam? Como pode ser uno um agente social que, enquanto coletivo, é necessariamente multifacetado?

Enveredei por este caminho, porque, além de estar refletindo sobre isto ultimamente, fui estimulada a retomar este assunto pelo texto de Beth, "Homem e mulher, imagens das ciências sociais". Efetivamente, esta diversidade do uno está presente no pensamento de Beth quando escreve: ".. antes de movimento como ator coletivo, interessa-me o movimento como momento de agenciamento, de formação de um

4 "É mais provável que não haja nada além de rudimentar sujeito-por-ser, lutando contra as inacabadas estruturas-sendo-feitas que lhe correspondem". (Evers, Tilman, "Identidade a face oculta dos movimentos sociais", Novos Estudos CEBRAP, São Paulo, vol 2, nº 4, abril de 1984, p 19)

coletivo de homens e mulheres, para iluminar, como quer Evers (1984) uma outra face do movimento: a formação de identidades, de sujeitos sociais e políticos". A escolha que Beth fez do texto de Evers não foi acidental, pois ele frisa a importância de se tomarem as relações sociais e a própria construção do sujeito como *in flux*.⁴

Ora, nada condiz mais com a obra de Beth do que tomar a realidade social em seu fluxo contínuo e infinito, em seu devir permanente. Penso, também, que sua obra me permite assumir como legítima a multiplicidade do sujeito. Mais do que isto, penso, com Whitbeck (1983), que cada ator não é senão a história de suas relações sociais. Rigorosamente, cada agente social consiste na história de suas relações com muitos outros. Observe-se que se navega, agora, em águas muito diversas das que ancoram as oposições binárias, mutuamente exclusivas, porque contrárias. Caminha-se para a construção de uma nova ontologia, na qual deve haver necessariamente lugar para a diversidade, mas também para a similaridade. Nada melhor do que a própria relação social, o *in flux* por excelência, para integrar uma ontologia construída a partir de um ponto de observação nascido na prática científico-política que denomino feminismo.

Assim, uma ontologia relacional nega os essencialismos que tanto mal causam às mulheres, preserva o direito à diferença e à semelhança, *capta as relações sociais em seu devir*. Trata-se, a meu ver, de um campo ontológico novo, construído por feministas. Cada uma de nós terá posto seu grão de sal neste edifício. Mas Elisabeth Lobo, sem dúvida, com sua insistência em jamais perder de vista, quer no pensar, quer no viver, as relações sociais, colocou vários grãos de sal nesta nova maneira de conceber o mundo e de construir o objeto do conhecimento. Sua contribuição, portanto, não se situa somente no terreno das observações e inferências substantivas; ontológica e epistemologicamente, sua obra representa um avanço considerável.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- EVERS, Tilman. "Identidade: a face oculta dos novos movimentos sociais", Novos Estudos CEBRAP, São Paulo, vol. 2, nº 4, abril de 1984, pp. 11-23.
- KELLER, Evelyn Fox. "Women scientists and feminist critics of science", Daedalus, Cambridge, MA, USA, pp. 77-91.
- KERGOAT, Danièle. Les ouvrières, Éditions Le Sycomore, Paris, 1982.
- _____. "Plaidoyer pour une sociologie des rapports sociaux. De l'analyse critique des catégories dominantes à la mise en place d'une nouvelle conceptualisation", in Le sexe du travail, Presses Universitaires de Grenoble, 1984, pp. 207-218.